

RCD no AgRg no HABEAS CORPUS Nº 535.461 - SP (2019/0287124-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
REQUERENTE : NILSON DE SOUZA
ADVOGADO : STÉLIO JOSÉ RODRIGUES CAMARGO - SP133806
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de e-STJ fls. 67/69, que indeferiu o pedido de liminar formulado na inicial do *habeas corpus*.

Alega a defesa que o paciente encontra-se inserido no grupo de risco de contágio do COVID-19, tendo em vista que apresenta quadro de hemorragia digestiva, característico de câncer, situação de saúde que se verifica desde a data de sua entrada no sistema penitenciário do Estado de São Paulo e que não foi devidamente tratada até a presente data.

Diante disso, busca a reconsideração da decisão emergencial, com a substituição da custódia cautelar por prisão domiciliar.

É o relatório.

Decido.

Pois bem. A questão acerca do deferimento da benesse da prisão domiciliar ao paciente não foi enfrentada pelas instâncias ordinárias (Juízo das Execuções e Tribunal de origem), assim, esta Corte não pode conhecer das questões agitadas pela defesa, sob pena de configuração de supressão de instância e violação aos princípios do duplo grau de jurisdição e do devido processo legal substancial. É de relevo mencionar, também, que o Conselho Nacional de Justiça já publicou a **Recomendação n. 62**, que adotou medidas preventivas contra a propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. O Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde também publicaram a **Portaria Interministerial n. 7**, adotando uma série de medidas para o enfrentamento da situação emergencial.

À vista do exposto, **indefiro o pedido de reconsideração.**

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator